

Por Antonio Penteado Mendonça



A atividade seguradora é uma das principais responsáveis pela garantia de funcionamento e estabilidade das sociedades. Aliás, é a mais eficiente forma de proteção social, com mais de quatro mil anos de bons serviços prestados, desde a antiga Caldeia, até os dias de hoje, passando pelas cidades italianas, Portugal, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, etc.

As apólices de seguros são responsáveis por pagarem mais de noventa bilhões de dólares em indenizações para danos decorrentes das mudanças climáticas em 2021. No Brasil, os seguros de vida pagaram sete bilhões de reais em indenizações para mortes decorrentes da Covid19, apesar de ser uma cobertura, em princípio, excluída das apólices. Se as seguradoras brasileiras fossem uma montadora de veículos, o total de indenizações pagas para as perdas totais as fariam ocupar o quarto lugar no ranking.

Isso não acontece de graça, as apólices de seguros custam para os segurados, mas ainda que tendo quem as ache caras, perto do preço do bem ou serviço indenizado, seu preço é irrisório.

Nos países desenvolvidos elas protegem a sociedade contra vários riscos. No Brasil esta proteção é menor, mas, mesmo assim, faz a diferença para quem tem um seguro e sofre um acidente.

Mas além da proteção social, o seguro tem um outro lado tão importante quanto ela e que nem sempre é visto com clareza, inclusive por quem tem familiaridade com o setor.

Pela própria atividade, as seguradoras administram enormes somas de dinheiro. Atualmente, as reservas das empresas do setor atingem impressionantes um trilhão e seiscentos bilhões de reais, grande parte deles investidos em títulos públicos, o que as torna as maiores financiadoras da dívida pública nacional.

Este outro lado da atividade das seguradoras é tão relevante quanto a proteção oferecida pelas apólices. Ao investir em títulos públicos as seguradoras disponibilizam para o governo os recursos necessários para custear atividades fundamentais para o desenvolvimento do país e bem-estar da sociedade.

Graças a elas o governo capta boa parte dos recursos extra impostos indispensáveis para custear suas ações nas mais diversas áreas, mas principalmente nos projetos de infraestrutura, normalmente de maturação longa e rentabilidade menor do que a conseguida no setor financeiro.

Isto só é possível graças a composição de capital e reservas necessários para as seguradoras fazerem frente aos riscos assumidos. Como os pagamentos se diluem no tempo, parte destes recursos pode ser investida em prazos mais longos, de acordo com a sinistralidade de cada companhia e suas necessidades de caixa para fazer frente aos compromissos.

Graças a esta tipicidade de sua operação, o setor de seguros, além de girar regularmente grandes quantias, importantes para o funcionamento da sociedade, ainda por cima garante os recursos necessários para o Estado custear parte dos investimentos públicos indispensáveis para o desenvolvimento da nação.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 10.10.2022.